

O discurso da liberdade na pós-revolução. Análise de um discurso comemorativo do 25 de abril em 1977

The discourse of freedom in post-revolution. Analysis
of a 1977 commemorative speech on April 25th

Rui Ramos
Universidade do Minho

PALAVRAS-CHAVE: 25 DE ABRIL, ANÁLISE DO DISCURSO, ENUNCIADOR, ETHOS

KEYWORDS: APRIL 25TH, DISCOURSE ANALYSIS, ENUNCIATOR, ETHOS

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo recorre ao quadro conceptual e aos instrumentos metodológicos da Análise do Discurso para a análise dos traços essenciais de construção do discurso do Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, na sessão solene parlamentar de comemoração do 25 de abril de 1974, em 26 de abril de 1977.

Confere especial relevo às questões enunciativas e de criação e projecção da imagem do enunciador, assim como à identificação das grandes linhas de desenvolvimento do discurso, naquela que é a sua retórica própria.

Um discurso, por si só, não costuma autorizar a identificação fundamentada de tendências ou orientações amplas; contudo, pode ser tomado como manifestação de um determinado estado de coisas, em particular se se trata do produto de um falante de refe-

rência e funcionar no espaço público como reflexo e condicionante de outros discursos, como é claramente o caso.

2. ENQUADRAMENTO

O discurso em análise ocorreu na sessão inaugural da primeira legislatura da Assembleia da República no pós-25 de abril, que até aí vinha funcionando como Assembleia Constituinte.

Essa sessão, em 26 de abril de 1977, iniciou-se com a chamada dos deputados, alguns atos solenes e um conjunto de discursos, de representantes dos partidos com assento no Parlamento (Acácio Barreiros, da UDP; Octávio Pato, do PCP; Sá Machado, do CDS; Barbosa de Melo, do PSD; e Salgado Zenha, do PS), do Presidente da Assembleia da República e, por fim, do Presidente da República. Como sessão inaugural do regime democrático em funcionamento pleno, em data estrategicamente comemorativa do terceiro aniversário da revolução de 1974, constitui um marco importante do processo de democratização do país e do funcionamento das instituições do Estado em liberdade.

Apesar da aparente normalidade, vivia-se ainda em Portugal o rescaldo da revolução que derrubara a ditadura; ainda existia o Conselho da Revolução e o exército, não só através deste Conselho, mas também através de várias figuras individuais e do conjunto dos chamados Capitães de Abril, exercia um papel tutelar sobre a jovem democracia.

O Presidente da Assembleia da República era e é a segunda figura do Estado e presidia à sessão comemorativa. Era e é suposto ter um papel isento na gestão do funcionamento do Parlamento, mantendo o equilíbrio apesar das lutas partidárias; mas não pode deixar de possuir e de manifestar os seus ideais políticos, a sua conceção de sociedade e de organização da vida coletiva.

Vasco da Gama Fernandes, advogado de profissão, exerceu a função de primeiro Presidente da Assembleia da República entre julho de 1976 e outubro de 1978. Enquanto estudante, foi opositor ao Estado Novo, o que lhe valeu duas detenções pela polícia política. Esteve envolvido, antes e depois do exercício desta função, na criação e liderança de partidos e movimentos da ala esquerda do espectro político nacional.

Ficam, assim, em traços breves, definidas as coordenadas enunciativas básicas deste discurso. A análise preocupar-se-á sobretudo com o *ego*, especialmente com o *ethos* construído (Amossy, 1999, 2010), e com o *sic*, a conceptualização das coisas e seus estados que o discurso elabora.

Em anexo, apresenta-se a transcrição respetiva, com atualização do código ortográfico segundo a norma de 1990; para facilidade de análise, numeraram-se os parágrafos.

A transcrição oficial inclui breves comentários e reações do auditório, que foram eliminados da presente versão de trabalho¹.

3. DISCURSO DE COMEMORAÇÃO

O discurso em causa é afetado por dois tipos de contingência específica que interferem na sua estrutura e no seu funcionamento.

3.1. Por um lado, é um discurso regido por regras próprias do parlamento, forte e explicitamente ritualizado – em termos de género, tema, tempo de duração, formas de alocução e alocutários, etc. Em termos de organização interna e funcionamento, há que sublinhar que é um discurso escrito para ser apresentado oralmente, com todas as implicações que tal circunstância envolve. Aliás, em rigor, aquilo a que hoje temos acesso é o que o orador efetivamente proferiu e foi transcrito pelos funcionários do Parlamento, com eventuais alterações à versão escrita que tenham surgido no momento em que foi produzido oralmente.

3.2. Por outro lado, é um discurso de comemoração. Tipicamente, faz o elogio de um feito passado e/ou de heróis individuais ou coletivos; além disso, tal evocação cria o *exemplo*, o que suscita a exortação à manutenção de certos valores e comportamentos, que serão vistos à imagem desse modelo eleito e recriado no discurso presente. Assim, assume uma orientação retrospectiva e outra prospetiva, respetivamente associadas a um macroato assertivo e a um macroato diretivo não impositivo de incitação. Este último pode encontrar justificação em argumentos vários, mas um deles repousará, em respeito pela coerência que se espera, na evocação dos estados de coisas passados.

Importa apontar que o presente discurso não deixa de assumir uma vertente autojustificativa: os novos senhores do poder, derrubados os seus opositores, celebram tal derrube, reorganizam a memória coletiva, reinterpretam e dão um determinado sentido aos factos brutos: recontam a história. A narrativa que se impõe é a sua, necessariamente diversa daquela que teriam os seus antecessores, e não só na seleção dos factos a evocar, mas sobretudo na modalização operada, na valorização que lhes é atribuída.

¹ São devidos agradecimentos a Manuela Magalhães, diretora do Arquivo Histórico e Parlamentar da Assembleia da República, que disponibilizou a cópia do texto original, publicado no Diário da Assembleia da República, nº 100, de 26 de abril de 1977.

4. ISOTOPIAS DOMINANTES

4.1. MACRO-ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

O discurso em análise pode ser dividido em três partes, marcadas por organizadores textuais claramente identificados.

4.1.1. A primeira parte é constituída pelos parágrafos 1 a 21. Nela, o enunciador rememora a sua vivência da madrugada do dia 25 de abril de 1974, os seus sentimentos confusos, as suas dúvidas iniciais, a sua profunda emoção.

O discurso é marcado por subjetividade explícita, não só através do emprego sistemático de pronomes e formas verbais de primeira pessoa do singular, como por modalização avaliativa, como nos seguintes exemplos:

1. Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Na madrugada do dia 25 de abril acordei estremunhado com a notícia de que o Exército se revoltara contra a ditadura e se propunha reintegrar Portugal na senda da civilização.
2. Vesti-me à pressa e no fim da madrugada estava no único posto que me era acessível: a redação do jornal “A República”, velho baluarte indomável e indomado, que, verticalmente, se batera sempre pela dignidade cívica deste país.

Mas mais do que pela simples presença de marcadores de primeira pessoa e modalização explícita, o discurso é perpassado pelo testemunho de uma emoção forte e íntima, tão intensa que a razão e o decoro foram incapazes de conter a manifestação impetuosa do sentimento através das lágrimas, o que neste momento o enunciador não se coíbe de confessar:

6. Ao atingir o cimo da calçada, as lágrimas corriam-me pela cara e com elas as lágrimas dos que a mim se juntaram, conhecidos e desconhecidos, como se se tivessem aberto de par em par os gonzos das catacumbas.

O dramatismo que acompanha este relato é intensificado pelo testemunho de dúvida, num segmento que apresenta três interrogações seguidas:

7. Seria possível? Teria chegado a hora? O que era aquilo?

Estas perguntas retóricas, se de facto originariamente enunciadas, provavelmente em modo monológico, manifestam sobretudo a incredulidade do indivíduo perante a consagração de algo muito desejado mas inesperadamente alcançado. Continuam a marcar fortemente a presença do eu, na medida em que traduzem, no presente discurso, uma atitude de incredulidade do enunciador no passado relatado. A deslocalização temporal, marcada pelo uso de duas formas verbais no Condicional e uma no Imperfeito do Indicativo, é suficiente para que o alocutário compreenda que é colocado em jogo um segundo enunciador (ou um enunciador original), transposto no tempo e no lugar, mas correspondente ao mesmo indivíduo empírico. Há, portanto, um desdobrar enunciativo e um exercício meta-discursivo, que, de alguma forma, ultrapassa o relato de discurso e faz uma autoanálise.

A manifestação da dúvida está ao serviço de uma organização gradual que a primeira parte do texto constrói: da incredulidade à confirmação das boas notícias, levando o alocutário a percorrer com o locutor o mesmo percurso, potencializando a ligação entre os dois, criando uma expectativa que capta a atenção do ouvinte.

Entre os parágrafos 7 e 10, são várias as marcas que colocam o locutor no centro de um turbilhão de sentimentos, mas que permitem ao alocutário acompanhá-lo fictivamente na mesma experimentação do real, com crescente percepção dos acontecimentos: da sequência de perguntas retóricas marcando a incredulidade, passando pelo entendimento dos estados de coisas feito “a pouco e pouco”, pela referência a acontecimentos que se davam sem autor identificado (“à minha volta apareciam cravos vermelhos”, “chegavam aos ouvidos canções de libertação”), até à confirmação de que “ao velho combatente chegara a sua hora”:

7. Seria possível? Teria chegado a hora? O que era aquilo?

8. A pouco e pouco fui tomando consciência e serenando os nervos. À minha volta apareciam cravos vermelhos de todos os lados, como se Lisboa se despovoasse e arrancasse esses cravos dos jardins ou das estufas que eu nunca pressentira.

9. Chegavam aos ouvidos canções de libertação. A *Grândola Morena* que eu já ouvira pela telefonia transformava-se em múltimodo e multiforme coro popular.

10. Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora.

Neste segmento, há um tom épico e o remate com a apoteose do anúncio do momento por longo tempo esperado. A mudança da primeira para a terceira pessoa (ainda que o enunciador continue a falar de si) confere ao discurso um traço de maior objetividade: o relator observa e conclui, tal como o alocutário, de um ponto de vista externo.

Sublinhe-se que as opções de construção frásica sugerem fortemente a construção de um indivíduo que não é agente no desenrolar dos eventos. Verifica-se o apagamento da agência em “à minha volta apareciam cravos vermelhos” e há uma metáfora gramatical em “chegavam aos ouvidos canções de libertação”; ambas as construções transformam o enunciador em experienciador dos estados de coisas, não em agente. Tudo decorre sem que haja intencionalidade do enunciador, transformado em testemunha dos acontecimentos – o que lhe confere também um estatuto de maior credibilização: trata-se de um saber construído pela experiência vivida em primeira pessoa, de um testemunhar dos momentos históricos, sem que com isso o enunciador reclame méritos para si, sugerindo assim a sua honestidade intelectual desinteressada.

Sublinhe-se, porque fortemente operativo na construção macrotextual, que o enunciador constrói um cenário claramente eufórico dos estados de coisas descritos, como testemunham, por exemplo, os parágrafos seguintes:

12. Mas o resto era aquilo que estava à minha frente, um país que se erguia da letargia de 50 anos de opróbrio, e ali estava na rua, mulheres, muitas mulheres, homens, muitos homens, jovens criaturas às centenas e aos milhares.
13. Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história, procurando os caminhos do futuro, que nunca, por nunca serem, poderiam ser os da ilegalidade e da tirania.

Estes dois parágrafos ilustram igualmente a orientação retrospectiva da primeira parte do texto, tornada explícita pelo emprego de tempos verbais do pretérito e por marcadores temporais com a mesma orientação.

Esta primeira parte do texto encerra com um marcador metadiscursivo explícito:

21. Foi esta a minha manhã de 25 de abril de 1974.

Fecha assim um segmento do texto autocentrado, fortemente marcado pela primeira pessoa, assumidamente um testemunho pessoal sobre os estados de coisas vivenciados pelo enunciador num momento do passado, que os parágrafos 1 a 21 focalizam.

4.1.2. A segunda parte do texto corresponde aos parágrafos 21 a 54. Nesta, o locutor dá sentido completo aos eventos de 25 de abril de 1974. Uma subdivisão pode ser identificada: até ao parágrafo 36, verifica-se uma reflexão sobre o que significou a revolução,

o seu potencial de dignificação do povo português, a grandeza da tarefa ingente que os portugueses enfrentavam, a abertura ao mundo.

31. Tarefa ingente? Sem dúvida, mas tarefa digna de nós, que teremos sobre os ombros a responsabilidade de construir a sociedade portuguesa.

32. E que tipo de sociedade é esta que nos coube em sorte?

33. Portugal alcançou a sua cidadania; destruiu a repressão; instalou a democracia política e antes, lançou-se à tarefa difícil da descolonização. E ainda as aberturas fraternais com todo o mundo.

No segmento final do parágrafo 33 pode identificar-se, por implicitação, uma forma difusa de evocação intertextual de um *slogan* identificativo de um período do Estado Novo: “orgulhosamente sós”. Dele o locutor de afasta decisivamente, advogando as “aberturas fraternais com todo o mundo” como imperativo resultante da revolução.

A partir do parágrafo 37, o locutor relembra também as falhas, as fraquezas e os erros cometidos:

37. Como seria natural, e como já disse noutro passo, nem tudo foram rosas no desfolhar das nossas esperanças. Muitos espinhos e alguns muito agudos, feriram a nossa sensibilidade e colocaram-nos por vezes nas fronteiras do ceticismo. Vencemos o que podíamos vencer, mas ainda há muito que fazer na reformulação paciente e prudente do nosso complexo.

38. Injustiças sociais continuam a existir, um oportunismo desvairado toca, aqui e ali, as fronteiras do impudor.

39. Mas isto é uma sociedade de homens, e como homens que somos, temos de obedecer às contingências da nossa condição. Mas temos de reagir, temos de lutar e alguns de nós poderão ficar pelo caminho.

O reconhecimento dos erros manifesta uma atitude de humildade. O locutor atribui-os à condição humana, mas não se resigna: também faz parte dessa condição lutar continuamente pelo bem comum, pelo suplantar das falhas. Uma parte do parágrafo 39, com valor deôntico, afirma-o expressamente, marcando com relevo a necessidade de agir pela repetição do verbo “ter de” na primeira pessoa do plural, irmanando todos os portugueses na mesma tarefa.

A mesma ideia é retomada, enfaticamente, parágrafos à frente:

50. Mas persistem alguns erros, mantêm-se e renovam-se situações nem sempre felizes, mas tudo isto é a consequência natural de um crescimento impetuoso, partindo do zero e pesquisando as alturas.

51. Trabalho, este sim ciclópico, ao contrário do ciclópico de Marcelo Caetano, que tudo tem de vencer: a inércia, a cumplicidade, a indiferença, a simulação e as tentativas de perversão.

52. Aprovada a Constituição, instalado o I Governo Constitucional, com a liberdade dos nossos escudos e os poderes do Estado em funcionamento, eis-nos na grande encruzilhada: ou vencemos ou sucumbimos.

53. Mas iremos vencer, porque possuímos a alma grande, muito longe da alma pequena de que nos falava a poesia angustiada de Fernando Pessoa. E com os pés fincados na terra que é a nossa, outra alegoria do poeta excecional que se chamou Adolfo Casais Monteiro, iremos vencer.

Verifica-se, neste segmento, uma alteração significativa ao nível da modalidade. Se, nos parágrafos anteriores, era a necessidade que se impunha – a necessidade de vencer – agora parece ser a certeza de que assim acontecerá. Estes parágrafos evocam, eles também, outras formulações, outros discursos: não só os de Pessoa e Casais Monteiro, dados como reconhecíveis, apesar de não explicitamente retomados, mas também proclamações de outros atores que a história fixou, materializadas na fórmula mais ou menos redundante “ou venceremos ou sucumbimos”. Trata-se de um moderno “grito de Ipiranga”, igualmente dramatizado, e que se pretende igualmente capaz de mobilizar o povo.

4.1.3. A terceira e última parte do texto desenvolve-se até ao seu final. Mais uma vez, o locutor opta por marcar a transição, usando de novo, como no início do seu discurso, uma fórmula alocutiva, dirigindo-se explicitamente ao seu público:

55. E aqui estamos, Sr. Presidente da República, Srs. do Governo, Srs. do Conselho da Revolução, Srs. Magistrados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Esta parte final recentra o foco no momento enunciativo e no próprio conjunto de decisores políticos, postando-os perante os Capitães de Abril, dados como grandes agentes da revolução, e do povo português:

57. Aqui estamos capitães de abril, a comemorar a vossa gesta, o vosso arranque viril, a garantia das forças armadas na prossecução da nossa identidade.

58. Aqui estamos povo português a dizer-vos que valeu a pena sofrer para vivermos juntos a hora alta da nossa recuperação, fiéis ao pacto que convosco assinámos de honrar as urnas e servir o País.

E de novo o discurso assume um carácter promissivo, garantindo o cumprimento das promessas que a revolução trouxera.

4.1.4. Assim, o discurso traça uma linha de desenvolvimento coerente, que começa com o relato da vivência episódica da revolução em primeira pessoa, passa pela atribuição de sentido aos factos ocorridos, comemorando a revolução e alçando os seus intérpretes à categoria de heróis, assume as falhas e incita ao cumprimento das promessas. Fará mesmo mais: reitera as promessas, assumindo o seu papel de Presidente da Assembleia da República.

4.2. ASPETOS DO HIBRIDISMO ESCRITO-ORAL

Como foi referido, o presente discurso foi escrito e depois apresentado oralmente. A versão registada e que chegou aos nossos dias é a que, efetivamente, foi ouvida na Assembleia da República. Apresenta várias marcas de oralidade, seja porque já assim se encontravam previstas no original discurso escrito, seja porque o orador as incluiu na sua alocução. O que é relevante é que, de facto, o discurso produzido ostenta marcas desse tipo.

Os seus traços mais marcantes, neste campo, são a modalidade alocutiva da enunciação e a presença de várias repetições retóricas, de paralelismos de forte efeito oral e de perguntas retóricas.

4.2.1. O seguinte segmento ilustra aquilo que Moirand (1999) designa como diálogo interacional explícito, casos em que o locutor inscreve no seu discurso aquele que presume que o seu alocutário produziria.

31. Tarefa ingente? Sem dúvida, mas tarefa digna de nós, que teremos sobre os ombros a responsabilidade de construir a sociedade portuguesa.

Neste caso, o locutor “adivinha” a avaliação que o seu alocutário faria do que havia afirmado antes, antecipa uma eventual pergunta do alocutário e responde-lhe. Trata-se de uma estratégia que simula a interação viva e confere dinamismo ao discurso, potenciando a adesão do leitor.

4.2.2. O segmento seguinte também ostenta marcas de oralidade, pela repetição e comentário metadiscursivo que apresenta, ao serviço da intensificação de uma ideia:

21. Foi esta a minha manhã de 25 de abril de 1974. Com igual emoção a evoco no momento solene em que comemoramos todos juntos a irreversível vitória da Liberdade.

22. Irreversível vitória da Liberdade, repito!

23. Irreversível porque seria ofensa grave a este povo alguém pensar um dia que poderíamos regressar às cavernas da demissão.

24. Irreversível porque ela, a vitória, resultou da argamassa feita com sangue, suor e lágrimas de tantas gerações.

Neste segmento, a repetição é acompanhada do comentário que intensifica a avaliação do valor de verdade do conteúdo proposicional. O que, pragmaticamente, significa que o locutor admite que se trata de uma avaliação contestável, e por isso necessita de reforço. Mais do que afirmar que se comemora “a irreversível vitória da Liberdade”, dando como pacífica tal configuração dos estados de coisas, este segmento reclama que assim seja, exprimindo um desejo. A repetição do adjetivo “irreversível” no início dos enunciados 23 e 24 dá a ver qual o foco da fraqueza e correspondente intensificação: trata-se de um processo sem regresso, a liberdade foi instaurada para se manter.

4.3 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO ENUNCIADOR

Para Amossy, o *ethos* do enunciador, ou a “*présentation de soi*” (2010, p. 7), é uma “dimension intégrante du discours” (2010, p. 7), sendo que “l’*ethos* est l’image que l’orateur construit de lui-même dans son discours afin de se rendre crédible” (2010, p. 25). Mas o enunciador-indivíduo (“ser no mundo”) não nasce do nada no momento em que toma a palavra. Frequentemente, sobretudo quando se trata de personalidades públicas, há uma imagem conhecida que as acompanha, mais ou menos estereotipada, que enquadra ou condiciona as representações construídas em cada discurso e a forma como a audiência recebe e interpreta as palavras. Isto é particularmente relevante no caso de atores políticos, tal como o autor do discurso em análise.

Como refere Marques, “a função social do político co-existe com outras funções sociais do indivíduo” (2005, p. 52). E o indivíduo social Vasco da Gama Fernandes já existia, mesmo antes da sua existência formal como político. Que é o mesmo que dizer que o seu *ethos* pré-discursivo (Amossy, 2010) é reconhecido e operativo na sua interação com os outros indivíduos enquanto político. Aliás, esse *ethos* terá assumido um peso não negligenciável na sua escolha particular para ocupar a função de Presidente da Assembleia da República.

4.3.1. Neste aspeto particular, importa sublinhar que o *ethos* dito “pré-discursivo”, “sendo uma caracterização *a priori*, [...] resulta, no entanto, de um fazer discursivo, faz parte da memória discursiva coletiva” (Marques, 2008). Resultando de interações sociais

prévias, sucessivamente elaboradas e reelaboradas – no sentido em que efetivamente se multiplicaram e diversificaram no passado do indivíduo, mas também no sentido em que foram objeto de conceptualização e interpretação pelos restantes indivíduos que com o primeiro estabeleceram relações – o *ethos* pré-discursivo foi construído sobre discursos a muitos títulos heterogêneos. Não é, por isso, a-discursivo, antes é fortemente ancorado em discursos prévios.

Esse *ethos* pré-discursivo é também operativo na construção do discurso presente. O locutor agirá estrategicamente em cada circunstância discursiva tendo por pano de fundo o que imagina que o seu alocutário pensa ou sabe de si (o *ethos* efetivo referido por Maingueneau, 2002). O que justifica mecanismos e estratégias de intensificação ou atenuação das imagens prévias que em cada discurso se operam, ou seja, fenómenos de reorganização do *ethos* pré-discursivo tendo em vista os objetivos concretos de cada discurso, o público visado, as circunstâncias materiais que assistem a cada produção verbal.

Neste caso, a evocação do passado de luta antiditadura do locutor colabora na sua credibilização, o mesmo é dizer na credibilização do seu discurso. A estratégia será a de intensificação do *ethos* pré-discursivo, pela evocação de factos que o colocam no lado “certo” da barricada na guerra pela democracia:

5. Lembrei-me das cadeias, minhas e dos outros, as nossas deportações, os longos exílios, a odisseia das famílias, a dor dos amigos.

10. Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora.

Assim, o *ethos* construído (Amossy, 2010) no discurso, de democrata e ativista, ganha credibilidade: o enunciador reclama coerência entre o seu dizer e o seu agir, e este não é recente ou pontual, mas vem de longe e é persistente. O que inviabiliza, igualmente, alguma eventual crítica de oportunismo: o enunciador não se colou ao poder que circunstancialmente emergiu, mas chegou mesmo a sofrer na pele a penalização pelas suas ideias durante o tempo da ditadura.

A reforçar a mesma construção está a referência à reação do enunciador após o impacto das primeiras notícias:

2. Vesti-me à pressa e no fim da madrugada estava no único posto que me era acessível: a redação do jornal “A República”, velho baluarte indomável e indomado, que, verticalmente, se batera sempre pela dignidade cívica deste país.

A evocação do “posto”, com reminiscências belígeras, a identificação desse posto de luta como a redação de um jornal e a sua adjetivação como “baluarte indomável e indomado”, além do uso do verbo “bater-se” com sentido de “combater” são coerentes na criação de uma isotopia bélica, compatível com a criação da imagem de combatente para o enunciador.

A forma de combate inscreve-se numa tradição bem enraizada na cultura ocidental: não o combate pelas armas, mas um que usa a palavra como instrumento e o jornal como campo de batalha².

4.3.2. No caso presente, o *ethos* construído decorre igualmente da idade do enunciador, assumidamente entre “os mais velhos”. A idade encontra-se intimamente associada à experiência de vida e à maturidade, criando também expectativas de sabedoria. Pelo menos, assim parece ser o quadro conceptual em que Vasco da Gama Fernandes labora. A sua autoinclusão entre os mais velhos torna-se funcional como instrumento de reclamação implícita de tal sabedoria, mas só nesse quadro de valores mais ou menos tradicional, onde o respeito pelos velhos não é contestado e onde a juventude não é endeusada, tal como acontece noutros quadros de valores.

As repetidas evocações dos jovens, contrastando com as referências aos mais velhos, só são admitidas em quem os olha com a experiência de mais anos – ou, como se autointitula, com a experiência e a legitimidade de um “velho combatente”:

10. Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora.

11. Os jovens capitães e a sua tropa desfilavam pelas ruas, tomavam posições, cercavam o Quartel do Carmo, onde o ditador se acoitara ensimesmado e perplexo.

26. Fui testemunha deste facto histórico e é com redobrada exaltação eu relembro os mais velhos, os do meu tempo, e agora os jovens portugueses de todos os quadrantes.

4.3.3. Se a criação de um *ethos* discursivo diz algo sobre o próprio locutor, ajuda também ao desenho do alocutário desse discurso – ou, em rigor, diz algo sobre a imagem que dele faz o locutor.

² Ainda recentemente, em janeiro de 2015, após o ataque terrorista que assassinou vários jornalistas do semanário satírico francês *Charlie Hebdo*, a esferográfica foi usada nas manifestações de repúdio de tal ação terrorista como sinal da arma que o homem moderno, democrático e civilizado pode e deve usar.

Naturalmente, se o locutor evoca como positivos determinados princípios e práticas, excluindo outros, espera que o seu público partilhe do seu ponto de vista e valorize ou condene igualmente esses princípios e práticas. A partilha de uma determinada visão do mundo é fundamental para que a interação se possa dar em harmonia. Vasco da Gama Fernandes considera, portanto, que os membros do Governo e do Parlamento, os órgãos de soberania e a generalidade dos portugueses alinham consigo no louvor da defesa da democracia, na valorização da coerência e da integridade e no respeito dos mais velhos. Valores, afinal, quase todos bem tradicionais na sociedade portuguesa, mesmo sob o regime ditatorial.

4.4. O INTERDISCURSO RELIGIOSO

É possível identificar no discurso do Presidente do Parlamento um interdiscurso religioso fortemente operativo na sua lógica argumentativa. Esse discurso assume manifestação mais premente ao nível do vocabulário. Tomem-se os seguintes exemplos:

4. Sentia sobre o peito o peso de quase cinquenta anos de arbítrio, [...] o rosário infinito das amarguras e das desilusões passadas pelos seus mortos e pelos que envelheceram na dura caminhada.
6. Ao atingir o cimo da calçada, as lágrimas corriam-me pela cara e com elas as lágrimas dos que a mim se juntaram, conhecidos e desconhecidos, como se se tivessem aberto de par em par os gonzos das catacumbas.
13. Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história [...].
18. [...] que, empobrecido e desfeiteado, nunca deixou de ser o símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de fé inabalável.
29. [...] a liberdade de uma vida mais justa e melhor em que a socioeconomia moderna transforma o Lázaro numa entidade solvente e concreta — o pão de cada dia, a riqueza distribuída, a planificação das atividades fundamentais, enfim, o socialismo que está na base do nosso destino.
63. [...] Mas vamos reconstruí-la com a nossa fé, com as armas leais do exército, com o denodo e isenção dos governantes e com o regular e harmónico funcionamento dos poderes do Estado.

A presença de expressões referenciais do discurso religioso não é neutra: ela manifesta o ambiente conceptual no qual o locutor se move. É certo que vários lexemas são usados

metaforicamente: o “rosário infinito das amarguras” não respeita a sofrimento por questões religiosas; a abertura dos “gonzos das catacumbas” não configura perseguições por razões religiosas, como nos primeiros anos do cristianismo; o “demoníaco intervalo” por que Portugal passara durante a ditadura não teve origem ou intervenção de seres sobrenaturais, mas de homens de carne e osso. Mas se a metáfora captura e focaliza aspetos concretos e circunscritos do real, com contornos específicos e operativos na criação da mensagem, é legítimo pensar que congrega implicitamente os valores tipicamente associados ao semantismo dos lexemas empregados, que não é alheio ao campo discursivo que lhes é familiar.

Não havendo, como não há, qualquer movimento de afastamento do locutor face a esse campo discursivo, é legítimo interpretar tal evocação como próxima ou identificativa, como *frame* com o qual o locutor se identifica e onde se sente confortável, pela aceitação tácita dos valores da Igreja.

Sendo esses valores associados ao conservadorismo, em particular no período pós-revolucionário que marca a presente enunciação, parece ser inesperado encontrar tal relação interdiscursiva. Não menos inesperada poderá ser a afirmação da “fé”, mesmo que não seja explicitamente uma fé religiosa e seja a fé no Estado, no socialismo ou na revolução.

4.5. O POVO COMO HERÓI COLETIVO

No elogio do herói coletivo e anónimo, que o locutor vai fazendo ao longo do texto, sobressai a valorização do povo simples, humilde, fraco. Nos segmentos seguintes, por exemplo, podemos encontrar tal desenho:

16. A história desse povo ainda está por contar e merece bem ser recordada, na singeleza das suas existências precárias, na valentia dos que se não rendem – vencidos mas não convencidos – esse povo que povoara os campos do extermínio, e vivera doridamente exilado dentro da sua própria Pátria.

18. Fora sempre assim, aliás, a história desse povo que se batera nas barricadas de 1383 e nas barricadas de 1640, nas agruras das lutas liberais, vencendo os ditadores do tempo e que, em 5 de outubro de 1910, maltrapilhos e deserdados, ergueram nos seus punhos a República imortal, fincando para sempre na Rotunda um regime, que, empobrecido e desfeitoado, nunca deixou de ser o símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de fé inabalável.

20. Foi esta emoção, a profunda emoção, abraços por todos os lados, beijos de mulheres simples, que transformaram a manhã numa autêntica sinfonia, guiada pelo mestre invisível que era a consciência nacional.

É, assim valorizada a figura do povo honesto, que não usa subterfúgios, que é simples e transparente no seu agir, que tem capacidade de sofrimento e resiliência face ao infortúnio. Louvam-se os “maltrapilhos e deserdados”, os sofredores que vivem “existências precárias” em toda a “singeleza”, as “mulheres simples”. Não se prega a paciência e a resignação, mas a retórica construtiva do texto assenta, em larga medida, uma vez mais, em valores tradicionais, em parte compatíveis com a retórica salazarista que louvava o trabalho, o respeito pela autoridade, a humildade, a negação da ambição e o conformismo.

Este desenho dos estados de coisas não mostra um povo vencedor, mas vencido. Mesmo a evocação de lutas coletivas e revoluções como a da crise de 1383-1385, a restauração da independência em 1640 ou a implantação da República em 1910, todas com forte ação popular, tem um traço disfórico. Parece haver o desejo de criar contraste entre a impotência do povo e os resultados alcançados face a poderes estabelecidos, intensificando o mérito da vitória, mas o estado contemporâneo desse povo vencedor é, de novo e sempre, de pobreza e impotência.

4.7. CONTRASTES E DRAMATISMO

O discurso de Vasco da Gama Fernandes afigura-se dicotómico e maniqueísta. Como seria de esperar, o regime derrubado congrega todos os males e o novo regime é o depositário de todas as virtualidades.

O regime ditatorial é objeto de forte difemismo, nomeadamente pela acusação de denegação da dignidade do homem. Esta é uma isotopia que percorre todo o discurso, mas que pode ser ilustrada com os segmentos seguintes:

12. Mas o resto era aquilo que estava à minha frente, um país que se erguia da letargia de 50 anos de opróbrio, e ali estava na rua [...]

13. Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história, procurando os caminhos do futuro, que nunca, por nunca serem, poderiam ser os da ilegalidade e da tirania.

15. Efetivamente, uma coisa fora a milícia que nos dominara e amesquinhara, e outra o povo que jamais claudicara nem perdera as esperanças, porque sempre tivera uma alma grande que nem todos os ditadores juntos conseguiram perverter.

34. Herdámos do fascismo a própria negação da vida. Éramos então sub-homens.

35. A economia, a miséria, o isolamento, constituíam os cambiantes deste quadro alucinado. Durante cerca de 50 anos o país vivera entre grades que tocavam o físico e maltratavam o espírito.

O foco é o da valorização dos valores universais, que teriam sido negados pelo Estado Novo. E o valor mais saliente, o da vida, e da vida digna, é igualmente apresentado como tendo sido negado (ver segmento 34). Sob esse regime, e nessas condições extremas, os portugueses teriam perdido a sua condição humana, tendo-se transformado em “sub-homens”.

Por implicação pragmática, o regime democrático representa a inversão de todo este estado de coisas. O seu desenho é perpassado por uma grande euforia e por altíssimas expectativas, que incluem o regresso à dignidade humana e ao convívio das nações.

Esta binarização extrema afasta os limites da escala de valores construída. Quanto mais disfórico é o desenho dos estados de coisas sob a ditadura, mais valorizado fica o estado de coisas, efetivo ou prometido, no pós-revolução. Além disso, esta configuração contrastante justifica a própria revolução, se para alguém tal justificação for necessária. Tal justificação não decorre de enunciados marcados por relações causais, mas somente de asserções fortemente modalizadas.

5. CONCLUSÕES

O presente discurso apresenta um conjunto de traços dignos de análise e reflexão. No momento presente, anotar-se-á somente que se constrói sobre uma visão pessoal particularmente marcada, deixando ver o conjunto de valores da sociedade que o seu enunciador assume como edificadores do Portugal novo saído da revolução de 25 de abril de 1974.

Em particular, o discurso realiza um macroato ilocutório promissivo, comprometendo o seu autor na defesa da liberdade e do regime democrático. Fá-lo na sequência da condenação do regime ditatorial pré-revolucionário e do louvor dos agentes da revolução; fá-lo no reconhecimento do direito do povo português à vida em dignidade, estado incompatível com o jugo da ditadura.

A atitude e as características mais fundas deste povo, dado como herói no sofrimento e exemplo para as gerações futuras, são elogiadas, mantendo-se o discurso essencialmente ao nível dos valores, sem concessões relevantes em termos de prática política concreta ou legislativa. O grande valor fundador das condições de exercício de todos os outros é o da liberdade, fulcro de onde emergem todas as condições de vida social condigna. O povo é desenhado como testemunha da revolução, exprime por ela a sua profunda alegria, mas não é verdadeiramente agente da mudança. Esse papel parece estar reservado aos políticos.

A realização feliz do ato ilocutório promissivo acima referido assenta no estatuto institucional de que o enunciador goza, mas também pelo que mostra de si, pela imagem que de si constrói no seu discurso, o seu *ethos*.

E é neste aspeto que surge o que pode ser visto como mais surpreendente traço deste discurso. Em vez de um inflamado incitamento ou desafio à rutura com os valores tradicionais da sociedade portuguesa, eventualmente com um vocabulário mais ou menos incendiário e combativo, tão comum no chamado PREC – “período revolucionário em curso” que se viveu nos anos subsequentes a 1974, o discurso de Vasco da Gama Fernandes evoca, implícita e explicitamente, muitos dos valores tradicionais da sociedade portuguesa. Não são identificáveis incentivos à mudança revolucionária que possam gerar convulsão social, ou à renovação radical das estruturas do Estado e às práticas sociais aceites ou ao regime de propriedade, por exemplo. É certo que não seria de esperar tal discurso vindo do segundo magistrado na nação, mas a sugestão de apaziguamento não deixa de surpreender.

O interdiscurso religioso é só uma das manifestações de algum conservadorismo (ou talvez de alguma moderação) em tempos revolucionários. Neste moderno sermão da montanha, entre as bem-aventuranças anunciadas, não se promete o reino dos céus aos pobres, mas promete-se consolo aos que choraram e quase se promete a terra aos mansos (e não “a quem a trabalha”) e a justiça aos que dela andam famintos e sequiosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours*. Paris: Delachaux et Niesté.
- Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Maigneueau, D. (2002). *Problèmes d'ethos. Pratiques*, 113-114, 56-67.
- Marques, M. A. (2008). Arrogância e construção do *ethos* no discurso político português. *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Emoções, Ethos e Argumentação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (CD-ROM).
- Marques, M. A. (2005). Debate, argumentação e organização enunciativa. *Comunicação e Sociedade*, 8, 47-62.
- Moirand, S. (1999). Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de pragmatique*, 33, 145-184.

RESUMO

O presente estudo recorre ao quadro conceptual e aos instrumentos metodológicos da Análise do Discurso para a identificação e descrição dos traços essenciais do discurso do Presidente da Assembleia da República na sessão solene parlamentar de comemoração do 25 de abril de 1974, em 26 de abril de 1977, na primeira sessão da primeira legislatura da Assembleia da República em regime democrático. O estudo centra-se nas questões enunciativas, no *ethos* do enunciador e nas mais relevantes isotopias que perpassam o discurso.

Conclui que este discurso se constrói sobre uma visão pessoal particularmente marcada, dando a ver o conjunto de valores que o seu enunciador assume como edificadores do Portugal novo saído da revolução de 25 de abril de 1974 e os compromissos que assume perante o povo português.

ABSTRACT

This study draws on the conceptual framework and methodological tools of discourse analysis for the identification and description of the essential features of the Parliament President's speech at the solemn parliamentary session commemorating April 25th 1974, on April 26th 1977 in the first session of the first legislature of the Parliament in democracy. The study focuses on the enunciative issues, the *ethos* of the enunciator and the most relevant isotopies that underlie his speech. We conclude that this discourse is constructed on a particularly marked personal vision, disclosing the set of values that his enunciator assumes as the builders of a new Portugal emerging from the revolution of April 25th 1974 and the commitments assumed before the Portuguese people.

ANEXO

Sessão solene comemorativa do 25 de Abril – 1ª sessão legislativa da 1ª legislatura.

Texto publicado no Diário da Assembleia da República, nº 100, de 26/4/1977

Presidente: Vasco da Gama Fernandes

1. Sr. Presidente da República, Srs. Deputados: Na madrugada do dia 25 de abril acordei estremunhado com a notícia de que o Exército se revoltara contra a ditadura e se propunha reintegrar Portugal na senda da civilização.
2. Vesti-me à pressa e no fim da madrugada estava no único posto que me era acessível: a redação do jornal “A República”, velho baluarte indomável e indomado, que, verticalmente, se batera sempre pela dignidade cívica deste país.
3. Ao subir a minha rua íngreme até atingir a escola Politécnica quase que me ia faltando o ar.
4. Sentia sobre o peito o peso de quase cinquenta anos de arbítrio, recordava-me comovido, da minha vida e dos que eram como eu: uma juventude sacrificada, muita dela frustrada, o rosário infinito das amarguras e das desilusões passadas pelos seus mortos e pelos que envelhecera na dura caminhada.
5. Lembrei-me das cadeias, minhas e dos outros, as nossas deportações, os longos exílios, a odisseia das famílias, a dor dos amigos.
6. Ao atingir o cimo da calçada, as lágrimas corriam-me pela cara e com elas as lágrimas dos que a mim se juntaram, conhecidos e desconhecidos, como se se tivessem aberto de par em par os gonzos das catacumbas.

7. Seria possível? Teria chegado a hora? O que era aquilo?
8. A pouco e pouco fui tomando consciência e serenando os nervos. À minha volta apareciam cravos vermelhos de todos os lados, como se Lisboa se despovoasse e arrancasse esses cravos dos jardins ou das estufas que eu nunca pressentira.
9. Chegavam aos ouvidos canções de libertação. A *Grândola Morena* que eu já ouvira pela telefonia transformava-se em multímodo e multiforme coro popular.
10. Não havia dúvidas: ao velho combatente chegara a sua hora.
11. Os jovens capitães e a sua tropa desfilavam pelas ruas, tomavam posições, cercavam o Quartel do Carmo, onde o ditador se acoitara ensimesmado e perplexo. Aproximei-me da Rua de António Maria Cardoso tão minha conhecida quando por ela passava a caminho da PIDE e junto às portas desta assisti a um carnaval esquisito dos que entravam e saíam, dos que ameaçavam e não eram dominados. Uma confusão que ainda hoje não consigo explicar.
12. Mas o resto era aquilo que estava à minha frente, um país que se erguia da letargia de 50 anos de opróbrio, e ali estava na rua, mulheres, muitas mulheres, homens, muitos homens, jovens criaturas às centenas e aos milhares.
13. Portugal acordara naquela madrugada do dramático e demoníaco intervalo e propunha-se honrar a sua história, procurando os caminhos do futuro, que nunca, por nunca serem, poderiam ser os da ilegalidade e da tirania.
14. Na verdade Fernando Pessoa tinha razão – o Pessoa que já não vivera a hora – quando nos asseverou em certa altura de que vale a pena e só não vale a pena para os que têm a alma pequena.
15. Efetivamente, uma coisa fora a milícia que nos dominara e amesquinhara, e outra o povo que jamais claudicara nem perdera as esperanças, porque sempre tivera uma alma grande que nem todos os ditadores juntos conseguiram perverter.
16. A história desse povo ainda está por contar e merece bem ser recordada, na singeleza das suas existências precárias, na valentia dos que se não rendem – vencidos mas não convencidos – esse povo que povoara os campos do extermínio, e vivera doridamente exilado dentro da sua própria Pátria.
17. Que venham os escritores, que venham os prosadores e os poetas, os artistas plásticos e os inspirados da música, que consigam firmar para a eternidade a gesta maravilhosa que ondeava por cima da multidão, uma afirmação viril de heroica inconformidade.
18. Fora sempre assim, aliás, a história desse povo que se batera nas barricadas de 1383 e nas barricadas de 1640, nas agruras das lutas liberais, vencendo os ditadores do tempo e que, em 5 de outubro de 1910, maltrapilhos e deserdados, ergueram nos seus punhos a República imortal, fincando para sempre na Rotunda um regime, que, empobrecido e desfeitoado, nunca deixou de ser o símbolo, com o seu hino e com a sua bandeira, o grande farol rotativo de fé inabalável.

19. Mais uma vez ele aí estava, a pouco e pouco por todo o País, vindo para a rua, acamaradando com as forças armadas na tarefa comum de nos fazer gente.

20. Foi esta emoção, a profunda emoção, abraços por todos os lados, beijos de mulheres simples, que transformaram a manhã numa autêntica sinfonia, guiada pelo mestre invisível que era a consciência nacional.

21. Foi esta a minha manhã de 25 de abril de 1974. Com igual emoção a evoco no momento solene em que comemoramos todos juntos a irreversível vitória da Liberdade.

22. Irreversível vitória da Liberdade, repito!

23. Irreversível porque seria ofensa grave a este povo alguém pensar um dia que poderíamos regressar às cavernas da demissão.

24. Irreversível porque ela, a vitória, resultou da argamassa feita com sangue, suor e lágrimas de tantas gerações. E a propósito de gerações teremos de acentuar, mais uma vez, que o conceito de geração não flui de uma conceção temporal, mas sim de uma linha de rumo comum, em que se inserem o primado das franquias populares e a ansiedade desenvolvida do progresso social. E tanto assim é que nas mesmas cadeias, nas mesmas deportações, nos mesmos exílios e em iguais vigílias, foi sempre frequente acamaradarem alguns dos homens que fizeram a República e as idades subsequentes. Isso só pode acontecer quando o motor das justas reivindicações é acionado pela força de todos os homens livres.

25. Tratava-se e trata-se de resistência. A resistência física infelizmente falível em alguns, e a resistência espiritual que não escolhe idades.

26. Fui testemunha deste facto histórico e é com redobrada exaltação eu relembro os mais velhos, os do meu tempo, e agora os jovens portugueses de todos os quadrantes, que por aí estão, nem sempre compreendidos, demonstrando que a escola reacionária e as violências do poder jamais amorteceram o ímpeto geracional e, neste caso particular, a viva consagração da inconformidade, essa inconformidade que seria o espanto, por um lado, e por outro talvez o remorso de Salazar e de Caetano.

27. A liberdade é com as árvores das grandes florestas: só se lhes pode tomar a grandeza quando um dia decepadas, ou prostradas no solo.

28. E será essa liberdade de que jamais prescindiremos, a alavanca das tarefas que se impõem, pois tudo é possível dentro dela e nada fora dela. A liberdade que constitui o motivo das nossas canseiras e sacrifícios, e ninguém pense que a afastaremos do nosso caminho por maiores que sejam as promessas ou as aventuras de quaisquer totalitarismos.

29. Liberdade que foi o bálsamo idealista e ingénuo dos mais velhos, mas que é agora um dimensional imperativo de consciência, pois que não basta a enunciação e a efetivação da livre escolha,

mas sim a concretização prática e eficiente dos grandes postulados da reabilitação do homem, ou seja, a liberdade de uma vida mais justa e melhor em que a socioeconomia moderna transforma o Lázaro numa entidade solvente e concreta – o pão de cada dia, a riqueza distribuída, a planificação das atividades fundamentais, enfim, o socialismo que está na base do nosso destino.

30. É este o problema, preservamos as liberdades e com elas o jogo constitucional dos poderes do Estado, e procurarmos as grandes linhas de rumo que nos conduzirão ao socialismo democrático.

31. Tarefa ingente? Sem dúvida, mas tarefa digna de nós, que teremos sobre os ombros a responsabilidade de construir a sociedade portuguesa.

32. E que tipo de sociedade é esta que nos coube em sorte?

33. Portugal alcançou a sua cidadania; destruiu a repressão; instalou a democracia política e antes, lançou-se à tarefa difícil da descolonização. E ainda as aberturas fraternais com todo o mundo.

34. Herdámos do fascismo a própria negação da vida. Éramos então sub-homens.

35. A economia, a miséria, o isolamento, constituíam os cambiantes deste quadro alucinado. Durante cerca de 50 anos o país vivera entre grades que tocavam o físico e maltratavam o espírito.

36. Como esperar outra coisa que não fossem as crises de adaptação, o ajustamento com as realidades, enfim, o novo estilo europeu e civilizado.

37. Como seria natural, e como já disse noutro passo, nem tudo foram rosas no desfolhar das nossas esperanças. Muitos espinhos e alguns muito agudos, feriram a nossa sensibilidade e colocaram-nos por vezes nas fronteiras do ceticismo. Vencemos o que podíamos vencer, mas ainda há muito que fazer na reformulação paciente e prudente do nosso complexo.

38. Injustiças sociais continuam a existir, um oportunismo desvairado toca, aqui e ali, as fronteiras do impudor.

39. Mas isto é uma sociedade de homens, e como homens que somos, temos de obedecer às contingências da nossa condição. Mas temos de reagir, temos de lutar e alguns de nós poderão ficar pelo caminho.

40. É a tragicomédia de todas as civilizações. Assim aconteceu com o Mediterrâneo Oriental, com o Helenismo e com a própria Civilização Grega, com a pujança jurídica da Civilização Romana, com as contradições da Revolução Industrial, com as glórias e desastres da Revolução Francesa, e com a modificação estrutural de certos tipos de civilização com o advento da experiência comunista.

41. Universalmente foi assim, não esquecendo as mutações surpreendentes operadas noutros continentes, desde o Norte de África às paragens longínquas do Oriente, com a crepitação social das Américas.

42. Não pudemos fugir à regra, também nós tivemos a nossa conta, com a fatura dos regimes de exceção, mais marcadamente e mais cruelmente com os 50 anos de fascismo.

43. Aproximando-nos dos tempos que estamos a viver, ficamos reduzidos territorialmente, quase às proporções do Portugal da Idade Média, aquele Portugal que dera novos mundos à civilização comum, e que depois se viu reduzido aos parâmetros da nossa estreiteza territorial.
44. Quando tudo indicava, após a queda do fascismo que deveríamos estabelecer uma perfeita e leal unidade nacional, isso não sucedeu.
45. Razões discutíveis por um lado, e desregramentos por outro, colocaram-nos dentro de conjunturas extremamente difíceis, e só a resistência tradicional dos portugueses alcançou, embora não definitivamente, um clima de dignidade que importa defender com ânimo viril.
46. Economicamente débeis, pela condição geopolítica do nosso agregado, com o problema pungente do regresso dos nossos compatriotas africanos e asiáticos, despovoados os campos pelo êxodo da emigração, fruto da incapacidade e inépcia do totalitarismo, afastados do mundo pelo isolamento imposto, sem treino cívico, as perspectivas reclamavam entregas totais e generosas vigílias.
47. No meio da confusão que parecia ser o prefácio da catástrofe, descolonizámos, apertámos ao peito os corações sobressaltados dos nossos compatriotas em crise, abrimos as urnas, votámos livremente, escolhemos os deputados às Constituintes, elaborámos a Constituição, elegemos a Assembleia da República, escolhemos o Presidente da República e instaurámos juridicamente as nossas autarquias locais. E circulando livremente atravessámos as fronteiras à procura da compreensão e da amizade dos países sem os quais não era possível viver, passámos a receber as mensagens materiais e espirituais dos que em nós confiavam.
48. Era um Portugal novo que emergia do caos e desafiava o futuro.
49. A passo e passo, persistentemente, criámos ou recriámos a nossa civilização.
50. Mas persistem alguns erros, mantêm-se e renovam-se situações nem sempre felizes, mas tudo isto é a consequência natural de um crescimento impetuoso, partindo do zero e pesquisando as alturas.
51. Trabalho, este sim ciclópico, ao contrário do ciclópico de Marcelo Caetano, que tudo tem de vencer: a inércia, a cumplicidade, a indiferença, a simulação e as tentativas de perversão.
52. Aprovada a Constituição, instalado o I Governo Constitucional, com a liberdade dos nossos escudos e os poderes do Estado em funcionamento, eis-nos na grande encruzilhada: ou vencemos ou sucumbimos.
53. Mas iremos vencer, porque possuímos a alma grande, muito longe da alma pequena de que nos falava a poesia angustiada de Fernando Pessoa. E com os pés fincados na terra que é a nossa, outra alegoria do poeta excecional que se chamou Adolfo Casais Monteiro, iremos vencer.
54. Mas vencer com reflexão, com inteligência, em paz civil e política, agarrando no pedaço que nos resta e fazendo dele uma entidade solvente que será glória nossa e garantia do destino dos nossos filhos e nossos netos.

55. E aqui estamos, Sr. Presidente da República, Srs. do Governo, Srs. do Conselho da Revolução, Srs. Magistrados, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

56. Aqui estamos com os tais pés fincados na terra, rodeados de amigos que são todos os que pensam a Revolução, de inimigos que são os que não acreditam nem querem acreditar, e do indiferentes que não são uma coisa nem outra, antes pelo contrário, desculpem-me a forma popularucha.

57. Aqui estamos capitães de abril, a comemorar a vossa gesta, o vosso arranque viril, a garantia das forças armadas na prossecução da nossa identidade.

58. Aqui estamos povo português a dizer-vos que valeu a pena sofrer para vivermos juntos a hora alta da nossa recuperação, fiéis ao pacto que convosco assinámos de honrar as urnas e servir o País.

59. O pacto vai continuar a ser honrado.

60. O 25 de abril foi mais que uma Revolução. Foi sobretudo a reintegração da nossa Pátria nas sendas desfeitas pelo arbítrio e pela violência.

61. Se alguns ficarem pelo caminho, paciência, mas uma coisa é certa: nem todas as violências juntas conseguirão demover-nos do caminho traçado.

62. Senhores de uma democracia política, temos como figura cimeira o honrado Presidente da República que nos coube em sorte.

63. Vamos reconstruir esta Nação com muito suor, com algumas lágrimas e quem sabe se com algum sangue. Mas vamos reconstruí-la com a nossa fé, com as armas leais do exército, com o denodo e isenção dos governantes e com o regular e harmónico funcionamento dos poderes do Estado.

64. Daqui dirijo uma saudação ao Sr. Presidente da República; o grande timoneiro da nau da esperança. Saúdo também no Governo a sua dedicação e o seu tremendo sacrifício. Mas saúdo igualmente e enternecidamente o povo humilde e trabalhador da nossa terra, os que aqui estão, os que estão longe de nós e os que procuram o nosso carinho e a nossa solidariedade.

65. Finalmente, em nome da Assembleia representativa da vontade dos Portugueses, aperto contra o meu coração a gloriosa Revolução de 25 de abril – o seu exército e o nosso Povo.

66. Viva Portugal!

67. Viva a República!